


 ISBN 978-85-240-4513-4
 © IBGE, 2019

Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil

Introdução¹

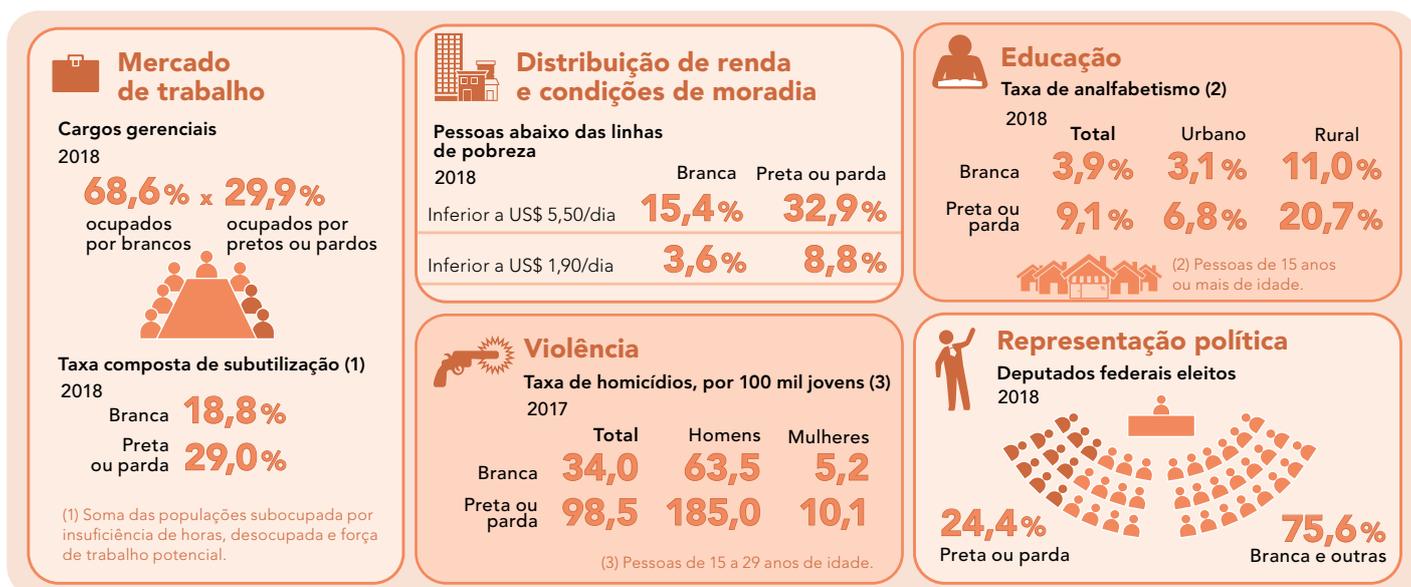
O combate às desigualdades sociais no Brasil tem sido objeto de estudiosos e formuladores de políticas públicas envolvidos no diagnóstico e na execução de medidas para sua redução. Entre as formas de manifestação dessas desigualdades, a por cor ou raça ocupa espaço central nesse debate, pois envolve aspectos relacionados às características do processo de desenvolvimento brasileiro, que produziu importantes clivagens ao longo da história do País. Como consequência, há maiores níveis de vulnerabilidade econômica e so-

cial nas populações de cor ou raça preta, parda e indígena, como demonstram diferentes indicadores sociais que vêm sendo divulgados nos últimos anos (SÍNTESE..., 2018, CENSO..., 2012).

No IBGE, as informações sobre as condições de vida da população brasileira pelo enfoque de cor ou raça são abordadas, continuamente, por meio dos resultados das pesquisas domiciliares e, de forma transversal, em publicações mais abrangentes, em especial a *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições*

de vida da população brasileira. Estudos específicos de natureza metodológica, centrados em discussões conceituais, classificações e comparações internacionais, também foram elaborados pelo Instituto, como, por exemplo, os oriundos da Pesquisa das Características Étnico-Raciais da População - PCERP realizada em 2008².

O presente informativo apresenta uma análise focalizada nas desigualdades sociais por cor ou raça, a partir da construção de um quadro composto por temas essenciais à reprodução das condições de vida da popula-



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais.

¹ Por decisão editorial, esta publicação é divulgada em duas partes: a primeira corresponde ao presente informativo, com os principais resultados do estudo Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil, e a segunda é constituída por notas técnicas, contendo a lista de referências das obras citadas e um glossário com as conceituações consideradas essenciais para a compreensão de tais resultados.

² Cabe igualmente apontar a publicação *Panorama nacional e internacional da produção de indicadores sociais: grupos populacionais específicos e uso do tempo* (SIMÕES; ATHIAS; BOTELHO, 2018), que apresenta, entre outros, o capítulo *Investigação étnico-racial no Brasil: entre classificação e identificação*, de Leonardo Athias.

ção brasileira, como mercado de trabalho, distribuição de rendimento e condições de moradia, e educação. São analisados, da mesma forma, indicadores relativos à violência e à representação política. Todos esses temas estão contemplados no Programa de Atividades para a Implementação da Década Internacional de Afrodescendentes (2015-2024)³, aprovado pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas - ONU, por meio da Resolução 68/237, de 23.12.2013, com o objetivo de promover o respeito, a proteção e o cumprimento de todos os direitos humanos e as liberdades fundamentais dessa população.

Mercado de trabalho

Assim como no total da população brasileira, as pessoas de cor ou raça preta ou parda constituem, também, a maior parte da força de trabalho no País. Em 2018, tal contingente correspondeu a 57,7 milhões de pessoas, ou seja, 25,2% a mais do que a população de cor ou raça branca na força de trabalho, que totalizava 46,1 milhões. Entretanto, em relação à população desocupada e à população subutilizada, que inclui, além dos desocupados, os subocupados e a força de trabalho potencial, as pessoas pretas ou pardas são substancialmente mais representadas – apesar de serem pouco mais da metade da força de trabalho (54,9%), elas formavam cerca de ⅔ dos desocupados (64,2%) e dos subutilizados (66,1%) na força de trabalho em 2018.

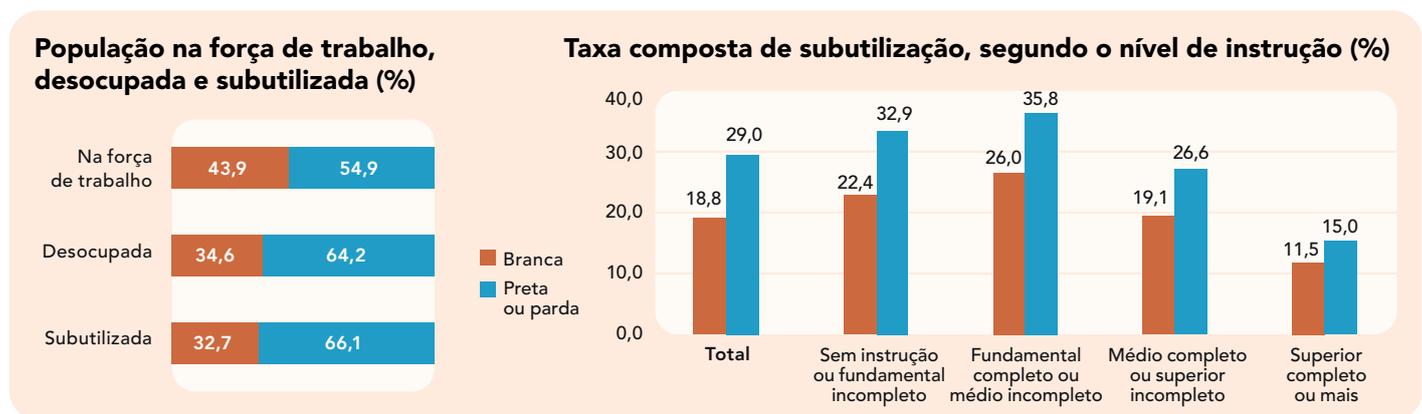
A relativa desvantagem desse grupo populacional se mantém mesmo quando considerado o recorte por nível de instrução. A taxa composta de subutilização da força de trabalho, por exemplo, é maior entre as pessoas de cor ou raça preta ou parda, qualquer que seja o nível considerado, sendo essa diferença relativamente menor entre aquelas que possuem o ensino superior completo. Padrão semelhante é verificado no que concerne à taxa de desocupação.

A informalidade no mercado de trabalho está associada, muitas vezes, ao trabalho precário e/ou à falta de acesso a algum tipo de pro-

teção social, que limita o acesso a direitos básicos, como a remuneração pelo salário mínimo e a aposentadoria⁵. Após um período de queda, a ocupação informal passou a registrar crescimento desde 2016, com a ampliação, em termos relativos, do pessoal ocupado sem carteira de trabalho assinada e por conta própria em ambas as desagregações por cor ou raça. Em 2018, enquanto 34,6% das pessoas ocupadas de cor ou raça branca estavam em ocupações informais, entre as de cor ou raça preta ou parda esse percentual atingiu 47,3%. A maior informalidade entre as pessoas de cor ou raça preta ou parda é o padrão da série, mesmo em 2016, quando a proporção de ocupação informal atingiu seu mínimo. Nesse ano, havia 39,0% de pessoas ocupadas informalmente, sendo que, entre as pretas ou pardas, tal proporção atingiu 45,6%.

As Regiões Norte e Nordeste apresentaram os piores resultados nesse indicador, notadamente entre as pessoas pretas ou pardas, cujas proporções, em 2018, situaram-se próximas a 60%. O recorte por sexo, porém, não mostrou diferenças significativas quanto às pessoas em ocupações informais. Os resultados de 2018 indicaram que, tanto para homens, quanto para mulheres de cor ou raça preta ou parda, a situação é mais desvantajosa.

As Regiões Norte e Nordeste apresentaram os piores resultados nesse indicador, notadamente entre as pessoas pretas ou pardas, cujas proporções, em 2018, situaram-se próximas a 60%. O recorte por sexo, porém, não mostrou diferenças significativas quanto às pessoas em ocupações informais. Os resultados de 2018 indicaram que, tanto para homens, quanto para mulheres de cor ou raça preta ou parda, a situação é mais desvantajosa.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.

Nota: Pessoas de 14 ou mais anos de idade.

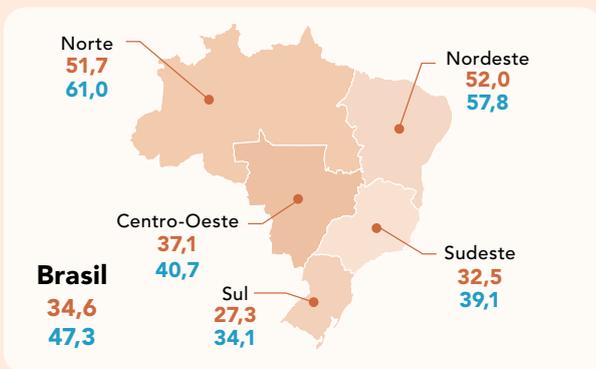
³ Para informações mais detalhadas sobre a Década Internacional de Afrodescendentes, consultar o endereço: <<http://decada-afro-onu.org/index.shtml>>.

⁴ Para fins de divulgação, as populações preta e parda foram agregadas para garantir representatividade em todos os indicadores divulgados.

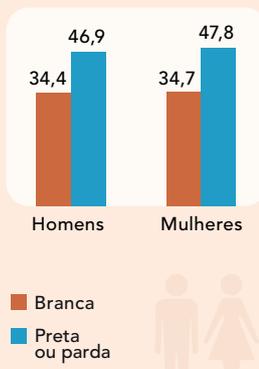
⁵ Para fins de análise dos indicadores construídos nesta publicação, será mantido o conceito de ocupação informal, utilizado como proxy da definição apresentada na 17ª Conferência Internacional de Estadísticos del Trabajo - CIET, realizada, em Genebra, pela Organização Internacional do Trabalho - OIT (INTERNATIONAL CONFERENCE OF LABOUR STATISTICIANS, 2003). Essa conceituação, também utilizada em edições da *Síntese de indicadores sociais*, compreende: empregados do setor privado e trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada, trabalhadores por conta própria, empregadores que não contribuem para a previdência social, e trabalhadores familiares auxiliares (PERFIL..., 2009; PERFIL..., 2012).

Pessoas em ocupações informais (%)

Grandes Regiões



Sexo



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.
Nota: Pessoas de 14 ou mais anos de idade.

Ao longo da série histórica e regionalmente, a população branca obtém vantagem também no tocante aos rendimentos do trabalho. Esse quesito é fundamental na medida em que compõe importante fonte de renda para a aquisição de bens e serviços e para o padrão de consumo alcançado pelos indivíduos e suas famílias.

Em 2018, o rendimento médio mensal das pessoas ocupadas brancas (R\$ 2 796) foi 73,9% superior ao das pretas ou pardas (R\$ 1 608). Tal diferença relativa corresponde a um padrão que se repete, ano a ano, na série histórica disponível. A desigualdade salarial em favor da população ocupada branca ocorreu com intensidades distintas nas Grandes Regiões, mas se manteve tanto

nas Unidades da Federação que apresentaram os menores rendimentos – Maranhão, Piauí e Ceará –, quanto nas que registraram os rendimentos mais elevados – Distrito Federal, São Paulo e Rio de Janeiro.

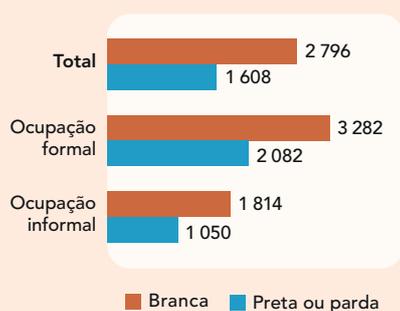
O recorte em categorias de rendimento, segundo o tipo de ocupação, revelou que, tanto na ocupação formal, como na informal, as pessoas pretas ou pardas receberam menos do que as de cor ou raça branca.

As razões de rendimentos entre categorias de cor ou raça e de sexo indicam que o diferencial por cor ou raça é maior

do que o diferencial por sexo. Enquanto as mulheres receberam 78,7% do valor dos rendimentos dos homens, em 2018, as pessoas de cor ou raça preta ou parda receberam apenas 57,5% dos rendimentos daquelas de cor ou raça branca. O diferencial por cor ou raça é explicado por fatores como segregação ocupacional, menores oportunidades educacionais e recebimento de remunerações inferiores em ocupações semelhantes.

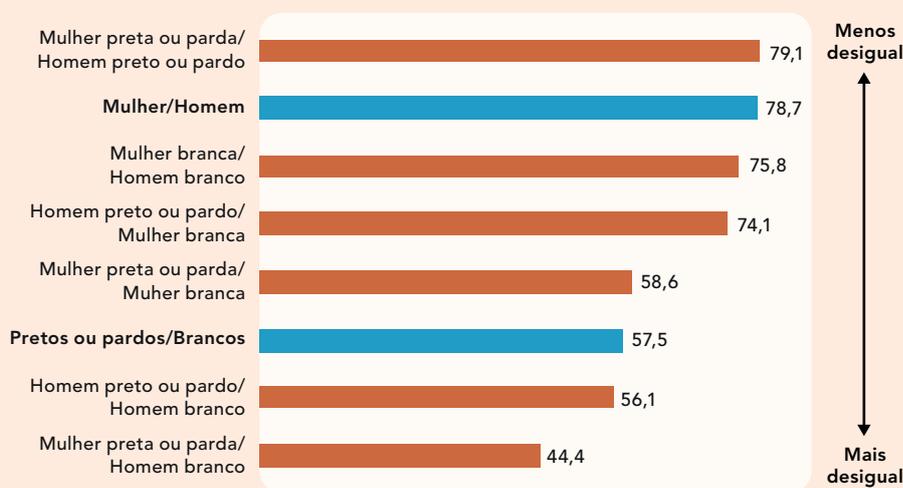
As razões de rendimentos combinadas por cor ou raça e sexo mostram diferentes resultados comparativos. Destaca-se a vantagem dos homens brancos sobre os demais grupos populacionais, sendo que a maior distância de rendimentos ocorre quando comparados às mulheres pretas ou pardas, que recebem menos da metade do que os homens brancos auferem (44,4%). O segundo grupo de maior vantagem é o da mulher branca, que possui rendimentos superiores não só aos das mulheres pretas ou pardas, como também aos dos homens dessa cor ou raça (razões de 58,6% e 74,1%, respectivamente). Os homens pretos ou pardos, por sua vez, possuem rendimentos superiores somente aos das mulheres dessa mesma cor ou raça (razão de 79,1%, a maior entre as combinações).

Rendimento médio real habitual do trabalho principal das pessoas ocupadas (R\$/mês)



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.
Nota: Pessoas de 14 ou mais anos de idade.

Razão de rendimentos das pessoas ocupadas (%)



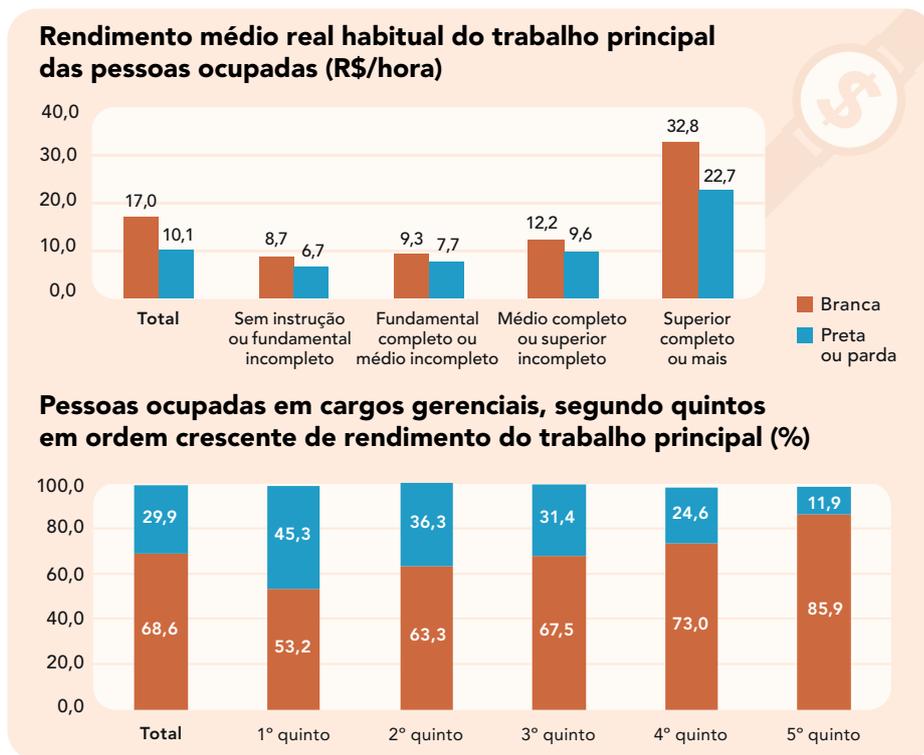
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.
Nota: Pessoas de 14 ou mais anos de idade.

O recorte tanto por nível de instrução, quanto por hora trabalhada, reforça a percepção da desigualdade por cor ou raça. Em 2018, enquanto o rendimento médio das pessoas ocupadas brancas atingiu R\$ 17,0 por hora, entre as pretas ou pardas o valor foi R\$ 10,1 por hora. Em relação ao nível de instrução, as pessoas ocupadas de cor ou raça preta ou parda receberam rendimentos por hora trabalhada inferiores aos das pessoas brancas, independentemente do nível considerado. Nota-se que quanto maior o nível de instrução, maior o rendimento, sendo significativo o prêmio para quem possui o ensino superior completo. Entretanto, as disparidades de rendimentos do trabalho, quando analisado o aspecto cor ou raça, mantêm-se presentes em todos os níveis de instrução, inclusive no mais elevado: as pessoas brancas ganham cerca de 45% a mais do que as de cor ou raça preta ou parda.

A despeito de a população ocupada preta ou parda ser superior à de cor ou raça branca, a proporção em cargos gerenciais mostra significativa maioria de pessoas brancas – 68,6% contra 29,9%, em 2018. Tal sub-representatividade das pessoas ocupadas pretas ou pardas nesse quesito ocorre nas cinco Grandes Regiões do País. Embora nas Regiões Norte e Nordeste haja maior proporção de pessoas pretas ou pardas do que brancas em cargos gerenciais (respectivamente 61,1% e 56,3%), tais percentuais são inferiores aos observados na população ocupada em geral, em 2018 (respectivamente, 78,0% e 74,1%), caracterizando a sub-representatividade também nessas regiões.

Distribuição de rendimento e condições de moradia

Em relação aos rendimentos de todas as fontes, o quadro distributivo é semelhante ao encontrado no rendimento do trabalho. Apesar de a população preta ou parda ser maioria no Brasil (55,8%), esse grupo, em 2018, representou apenas 27,7% das pessoas quando se consideram os 10% com os maiores rendimentos. Por



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.
Nota: Pessoas de 14 ou mais anos de idade.

É importante observar, ainda, as proporções por cor ou raça, segundo o recorte por rendimentos das pessoas ocupadas em cargos gerenciais. A divisão em quintos da população em ordem crescente de rendimentos do trabalho principal evidencia que, quanto mais alto o rendimento, menor é a ocorrência de pessoas ocupadas pretas ou pardas. Em 2018, na classe de rendimento mais elevado, somente 11,9% das pessoas ocupadas em cargos gerenciais eram pretas ou pardas, ao passo que entre

as brancas tal proporção atingiu 85,9%. Por outro lado, nos cargos gerenciais de rendimento mais baixo, situados na primeira classe, havia 45,3% de pessoas pretas ou pardas e 53,2% de brancas.

Em suma, no que tange ao mercado de trabalho, os resultados mostraram que é grande a diferença que separa esses dois grupos populacionais: brancos e pretos ou pardos. A relativa desvantagem da população de cor ou raça preta ou parda se verifica, também, em outros temas, vistos a seguir.

outro lado, entre os 10% com os menores rendimentos, observa-se uma sobre-representação desse grupo, abarcando 75,2% dos indivíduos.

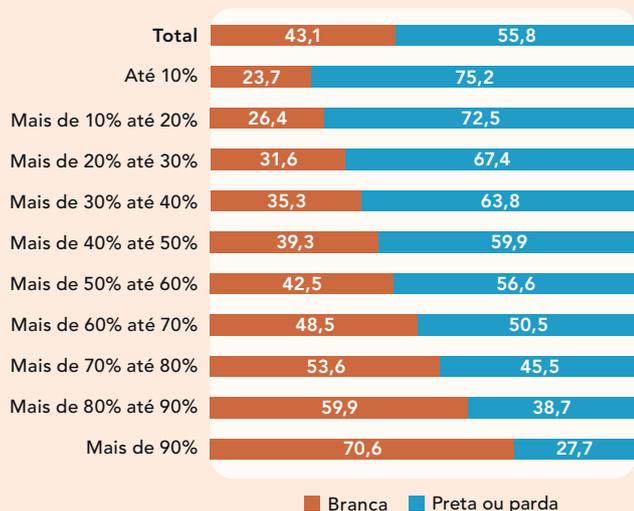
O rendimento médio domiciliar *per capita* também apresentou diferenças entre os dois grupos de cor ou raça. Na população branca, esse rendimento, em 2018, su-

perou em quase duas vezes o da população preta ou parda – R\$ 1 846 contra R\$ 934.

No tocante à pobreza monetária, a proporção de pessoas pretas ou pardas com rendimento inferior às linhas de pobreza, propostas pelo Banco Mundial, foi maior que o dobro da proporção verificada entre as brancas⁶. Em 2018, considerando a linha

⁶ O Banco Mundial utiliza, tradicionalmente, o valor de US\$ 1,90 diários para o acompanhamento da pobreza global. Como esse valor, porém, é baixo para definir pobreza em países mais desenvolvidos, atualmente se utiliza a linha de US\$ 5,50 diários, construída para países com rendimento médio alto, como o Brasil. Para informações mais detalhadas sobre o tema, consultar o portal do Banco Mundial no endereço: <<https://datahelpdesk.worldbank.org/knowledgebase/articles/906519>>.

Distribuição da população segundo as classes de percentual de pessoas em ordem crescente de rendimento domiciliar per capita (%)

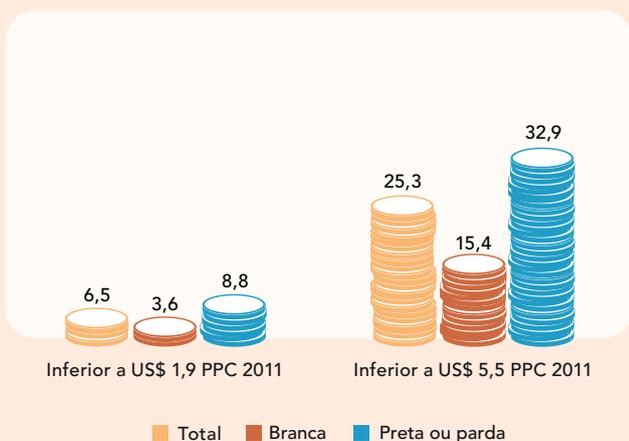


Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.

Notas: 1. Excluídas as pessoas cuja condição no arranjo domiciliar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.
2. Rendimentos deflacionados para reais médios de 2018, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculado pelo IBGE.

de US\$ 5,50 diários, a taxa de pobreza das pessoas brancas era 15,4%, e 32,9% entre as pretas ou pardas. Considerando a linha de US\$ 1,90 diários, a diferença também foi expressiva: enquanto 3,6% das pessoas brancas tinham rendimentos inferiores a esse valor, 8,8% das pessoas pretas ou pardas situavam-se abaixo desse patamar.

Pessoas com rendimento mensal domiciliar per capita abaixo das linhas de pobreza (%)



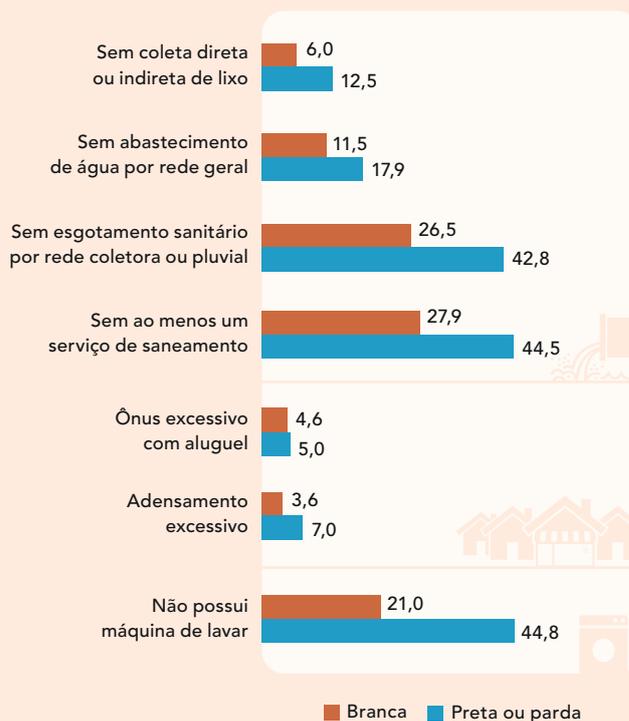
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.

Notas: 1. Excluídas as pessoas cuja condição no arranjo domiciliar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.
2. Rendimentos deflacionados para reais médios de 2018, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculado pelo IBGE.

No que diz respeito às condições de vida, as desigualdades por cor ou raça revelam-se também nas condições de moradia, tanto na distribuição espacial dos domicílios, como no acesso a serviços, quanto nas características individuais dos domicílios. Em relação à distribuição espacial, o Censo Demográfico 2010 verificou que, nos dois maiores municípios brasileiros, São Paulo e Rio de Janeiro, a chance de uma pessoa preta ou parda residir em um aglomerado subnormal era mais do que o dobro da verificada entre as pessoas brancas. No Município de São Paulo, 18,7% das pessoas pretas ou pardas residiam em aglomerados subnormais, enquanto entre as pessoas brancas esse percentual era 7,3%. No Município do Rio de Janeiro, 30,5% das pessoas pretas ou pardas residiam em aglomerados subnormais, ao passo que o percentual registrado entre as pessoas brancas foi 14,3%.

Indicadores relacionados à cobertura de serviços de saneamento básico também apontam uma significativa desigualdade, segundo a cor ou raça. Em 2018, verificou-se maior proporção da população preta ou parda residindo em domicílios sem coleta de lixo (12,5%, contra 6,0% da população branca), sem abastecimento de água por rede geral (17,9%, contra 11,5% da população branca), e sem esgotamento sanitário por rede coletora ou pluvial (42,8%, contra 26,5% da população branca), implicando condição de vulnerabilidade e maior exposição a vetores de doenças. Condições inadequadas de saneamento básico estão entre as causas subjacentes e evitáveis de mortalidade infantil (THE STATE..., 2016).

Pessoas residindo em domicílios sem acesso a serviços de saneamento, com inadequações domiciliares e posse de bens (%)



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.

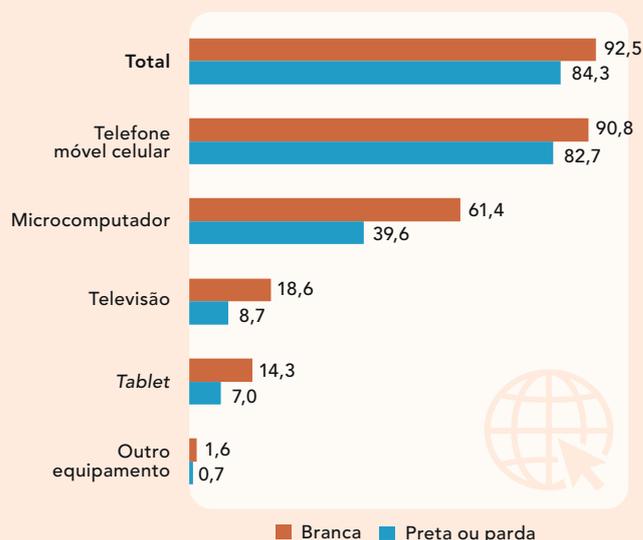
Ao analisar outras inadequações nas condições de moradia, nota-se que o adensamento domiciliar excessivo – situação em que há mais de três moradores por cômodo utilizado como dormitório no domicílio – ocorreu entre as pessoas pretas ou pardas com uma frequência (7,0%) quase duas vezes maior do que a verificada entre as brancas (3,6%). A ocorrência de ônus excessivo com aluguel – situação em que o valor do aluguel iguala ou ultrapassa 30% do rendimento domiciliar – variou menos de acordo com a cor ou raça dos moradores: essa inadequação atingiu 5,0% das pessoas pretas ou pardas e 4,6% das brancas. A ocorrência dessas duas inadequações é muito mais comum entre arranjos domiciliares formados por mulheres sem cônjuge e com filho(s) de até 14 anos de idade. Entre a população preta ou parda integrante de arranjos desse tipo, a existência de adensamento excessivo era de 11,9%, e a de ônus excessivo com aluguel, 13,6%.

A presença de alguns bens permanentes relacionados a tarefas domésticas também apresenta relevante clivagem, segundo a cor ou raça. Destaca-se nesse sentido que, em 2018, 44,8% da população preta ou parda residia em domicílios sem máquina de lavar, proporção esta superior ao dobro da verificada na população branca (21,0%). Isso constitui indício de que a população preta ou parda, em especial as mulheres, tem maior carga de trabalho doméstico, como a lavagem de roupa, entre outros trabalhos não remunerados.

A população preta ou parda obteve aumento mais expressivo nos indicadores de utilização da Internet e de posse de telefone móvel celular para uso pessoal entre 2016 e 2017, sem superar, porém, a desvantagem observada em comparação à população branca. Em 2016, 59,5% da população preta ou parda acessou a Internet, passando para 65,4% em 2017, ao passo que, na população branca, essa proporção passou de 71,2%, para 75,5%. Quanto à posse de telefone móvel celular para uso pessoal, a variação foi menos expressiva entre esses anos, e, em 2017, 82,9% da população branca possuía telefone móvel celular, diante de 74,6% da população preta ou parda.

Em razão do crescimento das mídias digitais e de sua importância para a inclusão social dos jovens, foram examinados os motivos para a não utilização da Internet entre as pessoas de 15 a 29 anos. Em ambos os grupos populacionais, os principais motivos apontados foram “achar o serviço de Internet caro” e “falta de interesse no serviço”. Em relação à forma de acesso, o telefone móvel celular foi o principal meio utilizado pelos dois grupos. A diferença mais expressiva foi observada no acesso por microcomputador: 61,4% da população branca utilizou esse meio, diante de 39,6% da população preta ou parda.

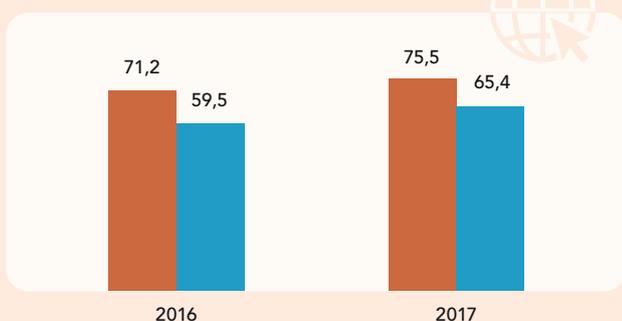
População de 15 a 29 anos, segundo o meio pelo qual acessou a Internet (%)



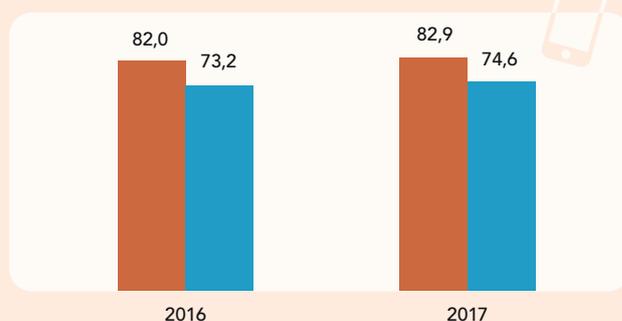
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017.

Pessoas de 10 anos ou mais de idade que acessaram a Internet e possuíam telefone móvel celular de uso pessoal

Acessaram a Internet (%)



Possuíam telefone móvel celular de uso pessoal (%)



■ Branca ■ Preta ou parda

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2017.

Educação

Uma série de indicadores educacionais da população preta ou parda apresentou trajetória de melhora entre 2016 e 2018⁷, tanto como resultado da escolaridade acumulada ao longo das gerações, quanto em decorrência de políticas públicas de correção de fluxo escolar e ampliação do acesso à educação promovidas desde os anos 1990. No entanto, a desvantagem da população preta ou parda em relação à população branca continuou evidente. Nesta seção, além de analisar tal desvantagem, pretende-se identificar, no seio do grupo populacional preto ou pardo, aqueles mais vulneráveis.

Entre 2016 e 2018, na população preta ou parda, a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade passou de 9,8% para 9,1%, e a proporção de pessoas de 25 anos ou mais de idade com pelo menos o ensino médio completo se ampliou de 37,3% para 40,3%. Ambos os indicadores, porém, permaneceram aquém dos observados na população branca, cuja taxa de analfabetismo era 3,9%, e a proporção de pessoas com pelo menos o ensino médio completo era 55,8%, considerando os mesmos grupos etários mencionados, em 2018. O pior cenário em relação ao analfabetismo refere-se às pessoas pretas ou pardas residentes em domicílios rurais.

O crescimento do acesso à educação da população preta ou parda materializa-se desde a infância. Nesse grupo populacional, a frequência das crianças de 0 a 5 anos de idade à creche ou escola aumentou de 49,1% para 53,0%, entre 2016 e 2018. Por outro lado, no último ano, 55,8% das crianças brancas de 0 a 5 anos de idade frequentavam creche ou escola.

A taxa ajustada de frequência escolar líquida, que afere a proporção de pessoas que frequentam ou já concluíram o nível de ensino adequado para sua faixa etária, segundo a organização do sistema educacional brasileiro, também aumentou para todos os grupos de idade na população

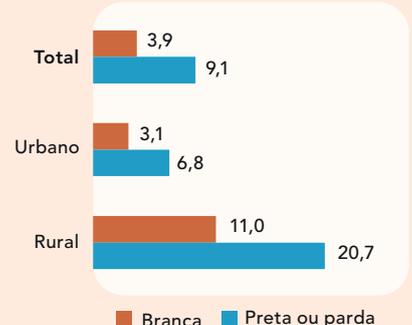
preta ou parda entre 2016 e 2018. Em outras palavras, nesse período, diminuiu a proporção de pessoas pretas ou pardas que estava em atraso escolar, situação que contribui para o abandono da escola, segundo Ribeiro (1991).

A taxa ajustada de frequência escolar líquida também aponta desigualdades, em razão de cor ou raça, que se aprofundam para o não alcance de níveis de ensino mais elevados, à medida que motivadores do atraso e da evasão escolar vão se acumulando. Em 2018, praticamente não havia diferença entre as proporções de crianças de 6 a 10 anos de idade brancas e pretas ou pardas cursando os anos iniciais do ensino fundamental (96,5% e 95,8%, respectivamente), porém a proporção de jovens de 18 a 24 anos de idade de cor ou raça branca que frequentavam ou já haviam concluído o ensino superior (36,1%) era quase o dobro da observada entre aqueles de cor ou raça preta ou parda (18,3%). Nesse cenário, enquanto a Meta 12 do Plano Nacional de Educação - PNE⁸ já havia sido atingida na população branca, na população preta ou parda, os 33% de frequência líquida no ensino superior

estabelecidos no Plano, até 2024, permaneciam distantes.

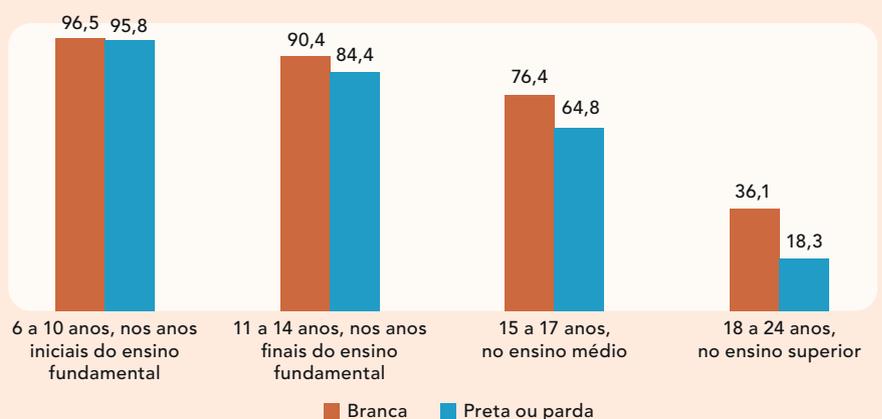
Assim, embora o abandono escolar tenha diminuído entre os jovens pretos ou pardos de 18 a 24 anos, de 2016 a 2018, ainda é mais forte que entre os brancos. A proporção de pessoas pretas ou pardas de 18 a 24 anos de idade com menos de 11 anos de estudo e que não frequentavam escola caiu de 30,8% para 28,8%, mas a proporção de pessoas brancas na mesma situação, em 2018, era 17,4%.

Taxa de analfabetismo, segundo a situação do domicílio (%)



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.
Nota: Pessoas de 15 anos ou mais de idade.

Taxa ajustada de frequência escolar líquida da população residente de 6 a 24 anos de idade, segundo grupos de idade e nível de ensino (%)



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.

⁷ Período com informações disponíveis do suplemento de educação da PNAD Contínua até o momento.

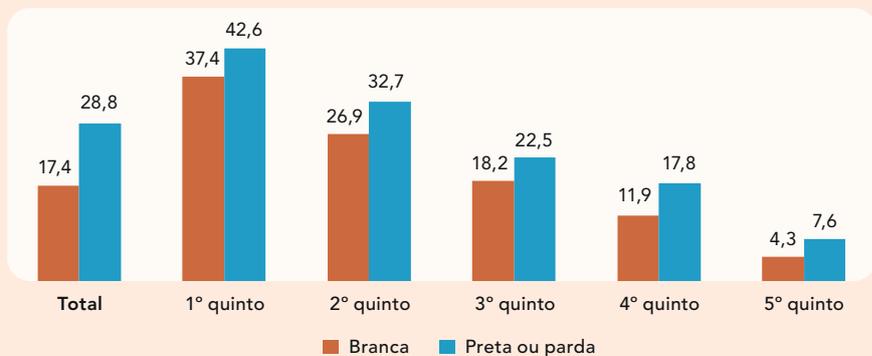
⁸ O PNE foi aprovado pela Lei n. 13.005, de 25.06.2014. Sua Meta 12 estabelece: elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público (BRASIL, 2014).

O resultado mais desfavorável para as pessoas pretas ou pardas foi identificado na Região Sul, onde a proporção de jovens de 18 a 24 anos com menos de 11 anos de estudo e que não frequentavam escola alcançou 37,2%.

Quando o critério de análise é o rendimento mensal domiciliar per capita, os jovens pretos ou pardos no quinto da população com menores rendimentos (1º quinto) encontravam-se na pior situação, com 42,6% fora da escola. Em todas as faixas de rendimentos, observa-se que a diferença entre os dois grupos populacionais definidos por cor ou raça superou 3 pontos percentuais.

Apesar do não alcance da Meta 12 do PNE, outro indicador que apresentou incremento na população preta ou parda, entre 2016 e 2018, foi a proporção de estudantes de 18 a 24 anos de idade cursando ensino superior, que passou de 50,5% para 55,6%. Esse patamar, contudo, ainda ficou abaixo dos 78,8% de estudantes na população branca de mesma faixa etária nesse nível de ensino. Vale lembrar que o Brasil é um país em que a escolaridade implica em altos retornos salariais, em comparação a outros países do mundo, como reflete Menezes-Filho (2001), de modo que esse panorama de indicadores educacionais explica, ao lado de outros fatores, como os identificados na seção sobre mercado de trabalho, a desigualdade observada entre os rendimentos do trabalho das pessoas ocupadas brancas e pretas ou pardas.

Pessoas de 18 a 24 anos de idade com menos de 11 anos de estudo e que não frequentavam a escola, segundo os quintos da população em ordem crescente de rendimento mensal domiciliar per capita (%)



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.

Um entrave para a equalização do indicador de estudantes cursando o ensino superior reside na menor taxa de ingresso da população preta ou parda nesse nível de ensino, comparada à da população branca. Essa taxa representa o percentual da população com qualificação mínima requerida para ingressar no ensino superior, isto é, que concluiu ao menos o ensino médio, e que de fato entrou no ensino superior, independentemente de tê-lo concluído ou não. Em 2018, a taxa de ingresso era de 35,4% na população preta ou parda e de 53,2% na população branca.

Um fator que auxilia a compreensão desses resultados consiste na maior proporção de jovens pretos ou pardos que não dão seguimento aos estudos por terem que

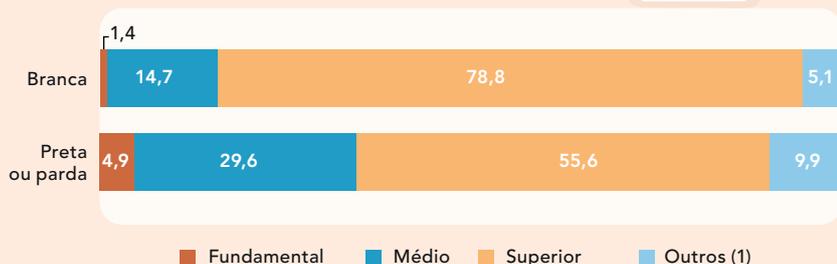
trabalhar ou procurar trabalho. De fato, em 2018, entre jovens de 18 a 24 anos com ensino médio completo que não estavam frequentando a escola por tais motivos, 61,8% eram pretos ou pardos.

Outro obstáculo é refletido pela taxa de conclusão do ensino médio da população preta ou parda (61,8%), que, embora tenha aumentado desde 2016 (58,1%), continua menor que a taxa da população branca (76,8%). Essa taxa mede a proporção de pessoas com 3 a 5 anos acima da idade esperada de frequência no último ano do ensino médio (de 20 a 22 anos de idade) que concluíram esse nível. Em todas as Grandes Regiões do País, observou-se uma proporção menor de pessoas pretas ou pardas de 20 a 22 anos apta a cursar o ensino superior, sendo a maior distância em relação às pessoas brancas observada na Região Sul (19,2 pontos percentuais).

É importante destacar que, embora as mulheres apresentem melhores indicadores educacionais que os homens de mesma cor ou raça, a taxa de conclusão do ensino médio dos homens brancos (72,0%) era maior que a das mulheres pretas ou pardas (67,6%).

Com vistas a ampliar e democratizar o acesso ao ensino superior, uma série de medidas foi adotada a partir dos anos 2000: na rede pública, a institucionalização do sistema de cotas, que reserva vagas a candidatos de determinados grupos populacionais, o Programa de Apoio a Planos de

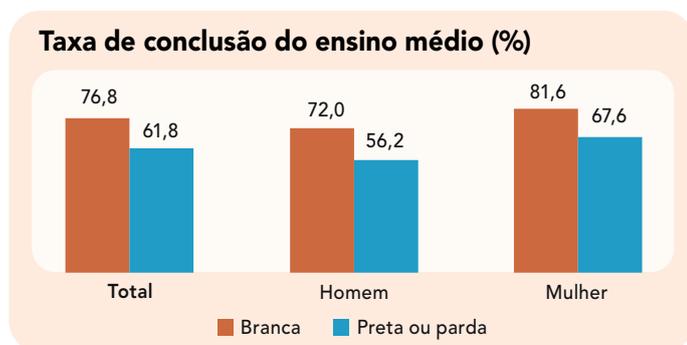
Distribuição dos estudantes de 18 a 24 anos, segundo o nível de ensino frequentado (%)



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.

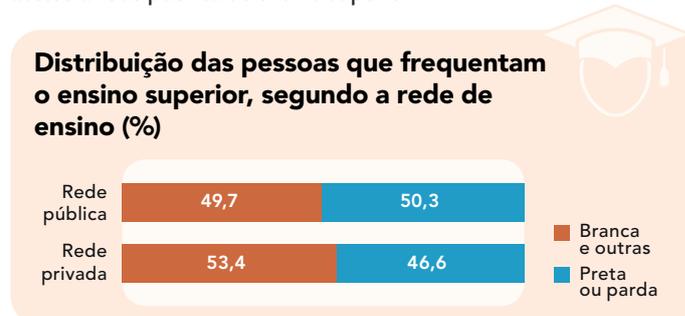
(1) Inclui alfabetização de jovens e adultos e educação de jovens e adultos do ensino fundamental ou ensino médio.

Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI e o Sistema de Seleção Unificada - SiSU; e, na rede privada, a expansão dos financiamentos estudantis, como o Fundo de Financiamento Estudantil - FIES e o Programa Universidade para Todos - PROUNI.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.
Nota: Pessoas de 20 a 22 anos de idade.

Nesse contexto, e com a trajetória de melhora nos indicadores de adequação, atraso e abandono escolar, estudantes pretos ou pardos passaram a compor maioria nas instituições de ensino superior da rede pública do País (50,3%), em 2018. Entretanto, seguiam sub-representados, visto que constituíam 55,8% da população, o que respalda a existência das medidas que ampliam e democratizam o acesso à rede pública de ensino superior.

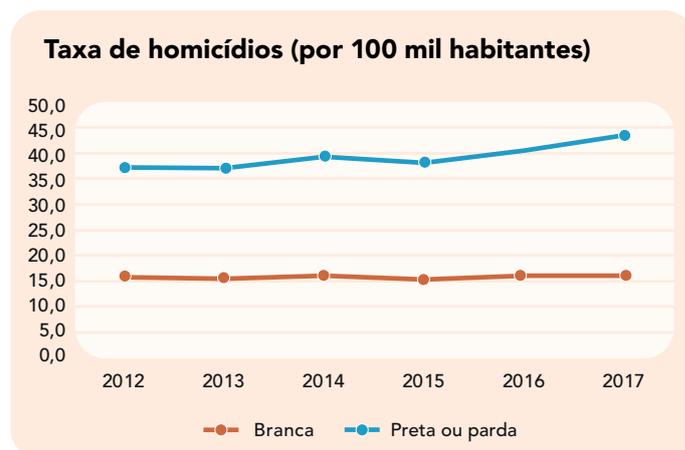


Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.

Violência

A taxa de homicídio⁹ é um indicador amplamente utilizado para medir a incidência de violência, em sua forma mais extrema, nos países, suas regiões e grupos populacionais. Na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, das Nações Unidas, ela figura como indicador para monitorar a Meta 16.1, “reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionada em todos os lugares”, no âmbito do Objetivo 16 - Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis (NAÇÕES UNIDAS, 2015)¹⁰. Embora, na Agenda 2030, as desagregações sugeridas para o indicador em todos os países sejam por sexo e idade, com relação ao Brasil, a desagregação por cor ou raça também é fundamental para a compreensão do fenômeno da violência, tendo em vista as profundas discrepâncias historicamente observadas entre a taxa de homicídio da população branca e a da população preta ou parda, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (ATLAS..., 2018).

De fato, no Brasil, a taxa de homicídios foi 16,0 entre as pessoas brancas e 43,4 entre as pretas ou pardas a cada 100 mil habitantes em 2017. Em outras palavras, uma pessoa preta ou parda tinha 2,7 vezes mais chances de ser vítima de homicídio intencional do que uma pessoa branca. A série histórica revela ainda que, enquanto a taxa manteve-se estável na população branca entre 2012 e 2017, ela aumentou na população preta ou parda nesse mesmo período, passando de 37,2 para 43,4 homicídios por 100 mil habitantes desse



Fonte: Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM.

grupo populacional, o que representa cerca de 255 mil mortes por homicídio registradas no Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM, do Ministério da Saúde, em seis anos.

Altas taxas de homicídios trazem não só sofrimento físico e psicológico, como também impactos sociais e econômicos. Elas resultam em falta de confiança nas instituições, requerem a administração de um extenso sistema de justiça criminal, ampliam os gastos com saúde e implicam em perda de produtividade econômica, em especial quando essas taxas atingem com mais intensidade a população jovem, como evidenciado no último relatório da Geneva

⁹ São contabilizados como homicídios os casos tipificados na Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde, também conhecida como Classificação Internacional de Doenças - CID 10, da Organização Mundial da Saúde - OMS (World Health Organization - WHO), nos códigos X85 a Y09 e Y35 a Y36 – óbitos causados por agressão e intervenção legal. Para o cálculo da taxa de homicídios, foram considerados os dados das Projeções da População do Brasil e das Unidades da Federação - Revisão 2018, do IBGE. Para o cálculo da taxa por cor ou raça, utilizou-se o total da população estimado pela PNAD Contínua, consolidado de primeiras entrevistas, IBGE.

¹⁰ Para informações mais detalhadas sobre o tema, consultar o portal da Agenda 2030 no endereço: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>>.

Declaration on Armed Violence and Development, também conhecido como GBAV 2015 (GLOBAL..., 2015)¹¹. No Brasil, justamente a maior taxa de homicídios incide sobre a população jovem, de 15 a 29 anos de idade: 69,9 homicídios a cada 100 mil jovens em 2017.

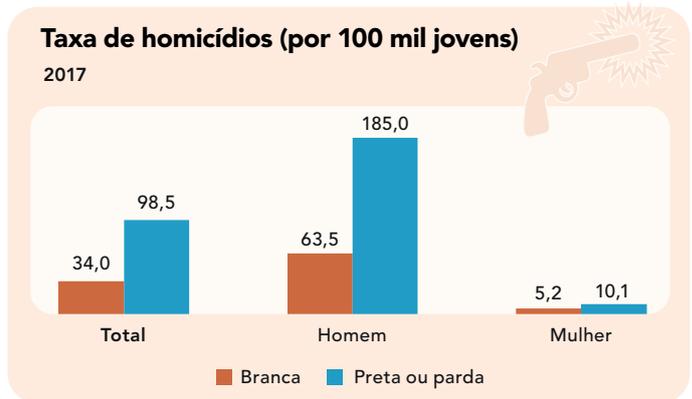
Em todos os grupos etários, a taxa de homicídios da população preta ou parda superou a da população branca, contudo, é preciso destacar a violência letal a que os jovens pretos ou pardos de 15 a 29 anos estão submetidos: nesse grupo, a taxa chegou a 98,5 em 2017, contra 34,0 entre os jovens brancos. Considerando os jovens pretos ou pardos do sexo masculino, a taxa, inclusive, chegou a atingir 185,0.

Estudos apontam que a violência letal impacta indicadores demográficos, como a esperança de vida ao nascer e a probabilidade de morte dos indivíduos ao alcançar idade específica (SOARES, 2006; REDELINGS; LIEB; SORVILLO, 2010; CERQUEIRA; MOURA, 2014).

A violência não letal na adolescência e juventude também produz efeitos de longo prazo. Adolescentes e jovens vítimas de violência estão mais propensos a desenvolverem doenças como depressão, ao vício de substâncias químicas, a problemas de aprendizado e até ao suicídio. Estão igualmente mais sujeitos a estarem envolvidos em situações de violência no futuro, conforme alertam Wilkins e Wenger (2014), bem como David-Ferdon e outros (2016). Trata-se de um conjunto de consequências que, tal como as da violência letal, levam ao enfraquecimento da coesão social e têm impacto negativo sobre o desenvolvimento econômico.

A Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar - PeNSE 2015, realizada pelo IBGE, traz uma série de indicadores a respeito dos estudantes que frequentavam o 9º ano do ensino fundamental naquele ano. Tais indicadores revelam que escolares pretos ou pardos vivenciavam mais experiências violentas do que os brancos, e esses resultados se mantêm mesmo quando a comparação se dá entre estudantes da mesma rede de ensino (pública ou privada).

Em 2015, quando perguntados se haviam estado envolvidos em briga na qual alguma pessoa usou arma de fogo nos 30 dias anteriores à pesquisa, a resposta foi afirmativa entre 4,9% dos estudantes brancos, e 6,2% entre os pretos ou pardos. Quando a briga tinha uso de arma



Fonte: Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM.
Nota: Pessoas de 15 a 29 anos de idade.

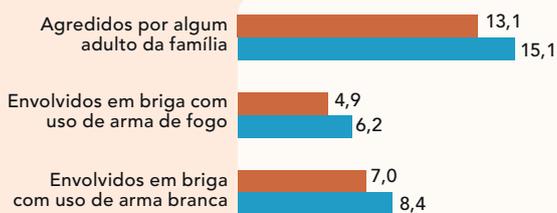
branca, os percentuais foram 7,0% e 8,4%, respectivamente. Além disso, 13,1% dos estudantes brancos e 15,1% dos pretos ou pardos haviam sido agredidos fisicamente por um adulto da família, alguma vez, nos 30 dias anteriores à data da pesquisa.

No curto prazo, a violência pode afetar o cotidiano do escolar. Segundo a PeNSE 2015, 13,1% dos estudantes brancos e 15,4% dos pretos ou pardos do 9º ano do ensino fundamental não compareceram à escola por falta de segurança no trajeto casa-escola ou na escola, nos 30 dias anteriores à data da pesquisa. Mais da metade dos alunos pretos ou pardos estudavam em estabelecimentos localizados em área de risco, em termos de violência, isto é, em escolas que informaram estar situadas em região com risco de furto, roubo, consumo de drogas ou homicídios. A diferença é mais acentuada quando a comparação é feita entre os estudantes brancos e os pretos ou pardos de escolas privadas.

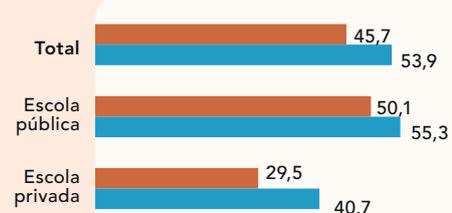
A violência constitui, portanto, outra dimensão em que a desigualdade se manifesta de forma grave, com efeitos de curto e longo prazos sobre os indivíduos e a sociedade em que estão inseridos. O cenário demanda políticas públicas direcionadas à redução da violência em geral, mas com um enfoque específico na população preta ou parda, especialmente os jovens.

Escolares frequentando o 9º ano do ensino fundamental

Que informaram situações de violência (%)



Em escolas situadas em área de risco em termos de violência (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar 2015.
Nota: Dados da Amostra 1, correspondente aos escolares do 9º ano do ensino fundamental.

¹¹ Para informações mais detalhadas sobre o tema, consultar o Capítulo 5 do relatório, The economic cost of homicide, no endereço: <<http://www.genevadeclaration.org/measurability/global-burden-of-armed-violence/global-burden-of-armed-violence-2015.html>>.

Representação política

A promoção dos direitos da população preta ou parda e outras minorias passa pela ampliação de sua participação nos processos de planejamento de políticas e tomadas de decisão, o que costuma ser internacionalmente medido por sua representação nos parlamentos nacionais e órgãos legislativos de abrangência local. Contudo, a participação de minorias – em termos de cor, raça ou etnia, bem como de gênero, linguística e religiosa – nos parlamentos ainda é restrita, o que reflete as desvantagens que enfrentam em diferentes países (DIVERSITY..., 2010) e que são materializadas em indicadores sociais, como os apresentados nas seções anteriores deste informativo.

O Programa de Atividades para a Implementação da Década Internacional de Afrodescendentes aborda a participação política sem discriminação desse grupo populacional como dimensão de reconhecimento, justiça e desenvolvimento. Entre outras recomendações dirigidas aos Estados, destacam-se:

- Remoção de obstáculos que impeçam a equidade no exercício dos direitos políticos;
- Adoção de medidas que garantam a plena, efetiva e igualitária participação na vida pública e na esfera política; e
- Criação das condições necessárias para a participação nos processos decisórios em todas as esferas da vida.

No Brasil, o quadro atual é de sub-representação da população preta ou parda na Câmara dos Deputados, nas Assembleias Legislativas Estaduais e nas Câmaras de Vereadores. Com efeito, apesar de constituir 55,8% da população, esse grupo representa 24,4% dos deputados federais e 28,9% dos deputados estaduais eleitos em 2018 e por 42,1% dos vereadores eleitos em 2016 no País¹².

Distribuição dos deputados federais, deputados estaduais e vereadores eleitos (%)

Período 2016-2018



Fonte: BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. *Repositório de dados eleitorais*. Brasília, DF: TSE, [2019]. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais-1/repositorio-de-dados-eleitorais>. Acesso em: jul. 2019.

É possível observar os diferentes graus de sub-representação da população preta ou parda na Câmara dos Deputados, segundo as Unidades da Federação. Em uma situação de perfeito equilíbrio, a razão entre a proporção de parlamentares pretos ou pardos eleitos em uma Unidade da Federação e a proporção de pessoas de mesma

cor ou raça seria igual a 1,0, porém, em todos esses entes federados, tal razão foi menor do que 1,0 nas eleições de 2018. Amazonas e Rondônia alcançaram a sub-representação mais branda, com razões de 0,93 e 0,90, respectivamente. Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul não tiveram nenhum deputado federal eleito que tenha se declarado preto ou pardo à Justiça Eleitoral.

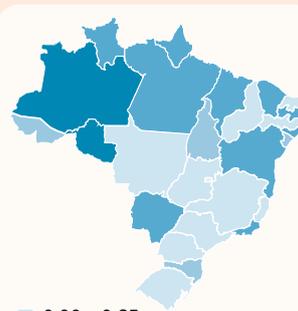
É preciso ressaltar, contudo, que há uma proporção maior de candidaturas de pessoas pretas ou pardas para os cargos de deputado federal (41,8%), deputado estadual (49,6%) e vereadores (48,7%) do que candidatos com esse perfil efetivamente eleitos. Assim, não é possível atribuir a sub-representação desse grupo populacional unicamente a uma ausência de candidaturas, pelo menos no que tange às eleições legislativas proporcionais de 2014 a 2018.

Com relação à eleição para a Câmara dos Deputados em 2018, nenhuma Unidade da Federação apresentou razão entre as proporções de candidatos pretos ou pardos e de pessoas de mesma cor ou raça abaixo de 0,25; e apenas o Paraná ficou abaixo de 0,50.

Razão entre a proporção de deputados federais ou candidaturas a deputado federal, de pretos ou pardos, e a proporção desses na população

2018

Deputados federais



Candidaturas a deputado federal



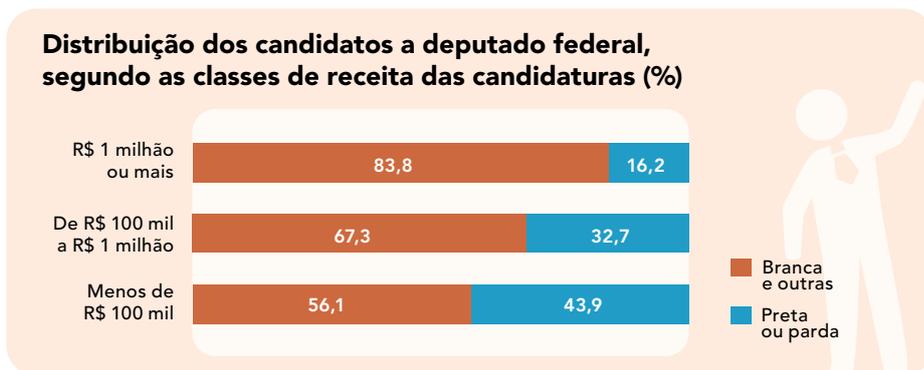
Fontes: 1. BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. *Repositório de dados eleitorais*. Brasília, DF: TSE, [2019]. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais-1/repositorio-de-dados-eleitorais>. Acesso em: jul. 2019. 2. IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.

Um fator que contribui para a compreensão desse cenário reside na discrepância entre a receita das candidaturas de pessoas brancas e a de pessoas pretas ou pardas. Com efeito, enquanto 9,7% das candidaturas de pessoas brancas a deputado federal dispuseram de receita igual ou superior a R\$ 1 milhão, entre as candidaturas de pessoas pretas ou

¹² As informações de cor ou raça dos candidatos e eleitos começaram a ser disponibilizadas pelo Tribunal Superior Eleitoral - TSE a partir das eleições de 2014, razão pela qual não é possível traçar uma série histórica dos indicadores apresentados nesta seção.

pardas, apenas 2,7% contaram com pelo menos esse valor. Visto de outra forma, entre as candidaturas que dispuseram de receita igual ou superior a R\$ 1 milhão, apenas 16,2% eram de pessoas pretas ou pardas. Estudos sobre eleições no Brasil já apontaram a escassez de recursos financeiros como um elemento que diminui as chances de sucesso eleitoral de uma candidatura, conforme analisam Araújo e Borges (2010). Outro elemento determinante para o sucesso seria o candidato já possuir cargo parlamentar, o que constitui, portanto, mais uma dificuldade para um grupo sub-representado reverter esse quadro.

Por último, mas não menos importante, cite-se a situação das mulheres pretas ou pardas, em desvantagem no quesito representação, tanto em comparação aos



Fonte: BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. *Repositório de dados eleitorais*. Brasília, DF: TSE, [2019]. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais-1/repositorio-de-dados-eleitorais>. Acesso em: jul. 2019.

homens de mesma cor ou raça, quanto em relação às mulheres brancas. Em 2018, as mulheres pretas ou pardas constituíram 2,5% dos deputados federais e 4,8% dos

deputados estaduais eleitos, e, em 2016, 5,0% dos vereadores. Consideradas apenas as mulheres eleitas, foram 16,9%, 31,1% e 36,8%, respectivamente.

Comentários finais

As desigualdades étnico-raciais, reveladas na breve série temporal considerada neste informativo, têm origens históricas e são persistentes. A população de cor ou raça preta ou parda possui severas desvantagens em relação à branca, no que tange às dimensões contempladas pelos indicadores apresentados – mercado de trabalho, distribuição de rendimento e condições de moradia, educação, violência e representação política.

No mundo do trabalho, por exemplo, a desocupação, a subutilização da força de trabalho e a proporção de trabalhadores sem vínculos formais atingem mais fortemente a população preta ou parda. Indicadores de rendimento confirmaram que a desigualdade se mantém independentemente do nível de instrução das pessoas ocupadas.

Tais resultados são influenciados pela forma de inserção das pessoas de cor ou raça preta ou parda no mercado de trabalho, qual seja: ocupam postos de menor remuneração e são menos representadas nos cargos gerenciais, sobretudo os de mais altos níveis.

A população de cor ou raça preta ou parda situa-se também, em maior proporção, abaixo das linhas de pobreza, e reside em domicílios com piores condições de moradia e com menos acesso a bens e serviços que a população de cor ou raça branca. Em relação aos indicadores educacionais, embora tenha havido melhora, as desigualdades entre esses dois grupos populacionais permanecem consideráveis e se agravam no decorrer do percurso escolar, atingindo o ápice no ensino superior.

Sob os aspectos analisados neste informativo, a desigualdade racial se manifesta também de forma bastante acentuada na dimensão da violência. Assim como na educação, tal cenário demanda políticas públicas com enfoque na população jovem de cor ou raça preta ou parda. No que tange à representação política, as pessoas pretas ou pardas encontram-se sub-representadas em todos os níveis do poder legislativo.

Sendo assim, fica evidente neste informativo que a superação das desigualdades raciais, em suas variadas dimensões, permanece um desafio. A partir dos dados do Censo Demográfico 2020, será possível subsidiar com informações também sobre indígenas e amarelos o planejamento de ações destinadas a este fim. ■

Expediente

Elaboração do texto
Diretoria de Pesquisas,
Coordenação de População
e Indicadores Sociais

Normalização textual
Centro de Documentação e
Disseminação de Informações,
Gerência de Documentação

Projeto gráfico

Centro de Documentação
e Disseminação de Informações,
Gerência de Editoração

Imagens fotográficas
Agência Brasil/EBC

Impressão
Centro de Documentação e
Disseminação de Informações,
Gráfica Digital

Se o assunto é Brasil,
procure o IBGE.



/ibgecomunica



/ibgeoficial



/ibgeoficial



/ibgeoficial

www.ibge.gov.br 0800 721 8181



(21) 97385-8655



IBGE

Links



Tabelas de resultados,
notas técnicas
e demais
informações
sobre o estudo

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/25844-desigualdades-sociais-por-cor-ou-raca.html>